

Teresa Joaquim

CUIDAR DOS OUTROS, CUIDAR DE SI  
questões em torno da maternidade



*Título:*  
Cuidar dos Outros, Cuidar de Si  
questões em torno da maternidade

*Autora:*  
Teresa Joaquim

*Revisão:*  
M. Manuela V. C. Gomes da Silva

*Capa:*  
Carlos Vieira Reis



© Livros Horizonte, 2006

ISBN 972-24-1429-1

Paginação:  
Gráfica 99

Impressão:  
Tipografia Guerra, Viseu

Setembro 2006

Dep. Legal n.º 234535/05



Reservados todos os direitos de publicação  
total ou parcial para a língua portuguesa por  
LIVROS HORIZONTE, LDA.  
Rua das Chagas, 17-1.º Dt.º - 1200-106 LISBOA  
E-mail: [livroshorizonte@mail.telepac.pt](mailto:livroshorizonte@mail.telepac.pt)

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	7
MULHERES DE UMA ALDEIA .....	11
A QUESTÃO DA MATERNIDADE E O IMAGINÁRIO COLECTIVO .....	15
MUDAM-SE OS TEMPOS .....	21
DA NOITE À LUZ, O MEDO .....	25
MATERNIDADES E ADOLESCÊNCIAS .....	33
DE QUE DORES FALAMOS? UMA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA .....	41
INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ .....	47
O SILÊNCIO DA MATERNIDADE .....	53
SE ELES SOUBESSEM O QUE É A MATERNIDADE... ..	55
“COMO UMA FERIDA QUE NÃO CURA” .....	59
SAÚDE DAS MULHERES: CUIDAR DOS OUTROS, CUIDAR DE SI .....	61
AS CONDIÇÕES DO EXERCÍCIO DA MATERNIDADE E DA PATERNIDADE NA SOCIEDADE PORTUGUESA .....	83
PARTICIPAÇÃO CÍVICA E POLÍTICA. A QUESTÃO DOS DIREITOS REPRODUTIVOS .....	109

## PARTICIPAÇÃO CÍVICA E POLÍTICA. A QUESTÃO DOS DIREITOS REPRODUTIVOS

O título deste Colóquio, “Em busca duma História das Mulheres”, suscitou em mim uma interrogação: a saber, quanto às questões relacionadas com o corpo – e este é somente um ponto de partida, à semelhança do género – e, em particular com o corpo feminino. Têm sido pouco abordadas entre nós e, nesse sentido, falar de/sobre a “participação cívica e política: a questão dos direitos reprodutivos” é, de certo modo, ir em busca dessa história e perceber, não só as razões desta falta de estudos sobre o corpo, as feminilidades e as masculinidades, mas sobretudo como articular a questão da igualdade e da diferença na sua alteridade, nessa “condição de habitação” que a maternidade supõe.

No contexto europeu, os Estudos sobre as Mulheres debruçaram-se desde a década de 70, para já não falar em Simone de Beauvoir (1949), sobre as questões do corpo, da maternidade, o que não se verificou em Portugal; o que tem a ver nomeadamente com a história das ciências sociais no nosso país, com a ausência, ou a emergência recente, de determinados objectos de estudo, marcando obviamente a própria constituição da área de Estudos sobre as Mulheres em Portugal e os objectos nela escolhidos e abordados. Também a historiadora Irene Vaquinhas refere a necessidade de estudos sobre esta temática no final do seu texto “Breve reflexão historiográfica sobre a história das mulheres em Portugal: o século XIX” (2000), “[...] embora haja muitos campos de estudos que urge explorar (caso por exemplo da saúde feminina e do discurso médico na configuração dum certo protótipo de mulher)” (p. 91).

A maternidade ou, antes, a sua pluralidade, tendo sido abordada na antropologia (Pina Cabral, Brian O'Neill, Brettel), na psicologia (gravidez adolescente, depressão pós-parto), ou ainda em antropologia, a construção da masculinidade (M. Vale d'Almeida), o corpo tem também sido abordado na

área de filosofia em articulação com a antropologia – é a questão que percorre a obra do filósofo José Gil desde as *Metamorfoses do Corpo* (1980) – ou na dança. Se me é permitido, gostaria de referir a minha tentativa de articulação das questões filosóficas e da maternidade, esta como núcleo central da definição antropológica do corpo feminino na cultura ocidental, que se traduziu na abordagem da questão da criação de humanos e/ou de conceitos, na sua disjunção ou conjunção (em particular, Teresa Joaquim, 1997 e 1999), questão bem visível no modo como nos Tratados de Educação Física (século XVIII) se inscreve uma antropologia do corpo feminino articulada com uma teoria do conhecimento, na qual é central saber quais os caminhos de acesso à razão, que se pretende estável e racional, metódica (Teresa Joaquim, 1997, cap. 2). Qualidades que vão ser mencionadas por Poincard em 1912 como fundamentais para as mulheres portuguesas, para a sua capacidade de regeneração moral da nação.

É também importante, neste contexto, a compreensão do discurso médico na sua articulação com o discurso filosófico e moral (*idem*), que vai criar esse corpo feminino marcado pelo *sexo*, segundo Michel Foucault, discurso culminante no século XIX e primórdios do século XX e a que a psicanálise vai dar uma leitura atenta, “histerização do corpo feminino” e que lhe possibilitou, lhe deu o material necessário para a sua descoberta do inconsciente. É interessante pensar como é concomitante esse excesso de sintomas inscritos no corpo feminino e a leitura que a psicanálise deles fez, os *Estudos sobre a Histeria* (Freud e Breuer), e o aparecimento das primeiras lutas do movimento sufragista do início do século XX.

Há aqui, tanto na psicanálise como no feminismo, sob formas diversas – teóricas e práticas –, caminhos que se abrem e convergências nesses caminhos para outras leituras do ser humano, para o aparecimento de esferas autónomas num sujeito fracturado, que são parte integrante do próprio percurso de individualização das mulheres. Percurso que, do ponto de vista histórico, passa certamente pelo cristianismo, nos seus primórdios, pela referência a uma esfera diferente que a tutela da casa do pai/marido na Antiguidade, de que é exemplo entre tantos o de Perpétua (*História das Mulheres*, vol. 1), dividida entre o afecto pelo filho, pela família, pelo pai, e a afirmação forte de seguir um caminho diferente – “eu sou cristã” – com uma referência outra do que a da cidade.

Através do cristianismo, as mulheres passam a referir-se a “um mestre exterior ao meio familiar, Jesus antes de mais e depois um mestre espiritual, em geral um bispo” (Rousselle, 1986: 265). Passou certamente ainda pelas comunidades religiosas de beguinhas, numerosas no século XII, pela busca de uma palavra autónoma das mulheres – “o evangelho dá-me o direito de falar de Deus”, disse Margery de Kempe. Palavra autónoma das mulheres criticada, por exemplo, por Tomás de Aquino: “unicamente lhe é permitida [à mulher] a palavra privada;

sem dúvida que a profecia lhe está aberta, já que ela é expressão de um dom carismático” (cit. in Dalarun, 1991: 53). Passou ainda pelas místicas, pela procura de uma outra linguagem, uma “sintaxe de fogo” (Danielle Régnier-Bohler) a dizer o que não há palavras nas línguas que possam dizer essas expressões limites do corpo, da abjecção e do excesso, das lágrimas e do grito, da mudez.

“As palavras divinas são coisas que a terra não pode compreender; para tudo o que se encontra aqui em baixo, podemos encontrar bastantes palavras em flamengo, mas para o que eu quero dizer não existe nem flamengo nem palavras. Eu tenho no entanto tanto conhecimento da língua como um homem pode ter; mas para isto, repito, não há linguagem e que eu saiba nenhuma expressão que convenha” (Hadewijch, Carta XVII, cit. in Régnier-Bohler, 1991: 481).

Passou ainda certamente por uma outra experiência dos limites do corpo, as experiências da castidade (Peter Brown), do deserto.

“(…) a experiência do deserto é inteiramente baseada neste tema [o da erradicação do desejo]: (...) foi ao quererem subtrair-se às tentações (...) que os monges e os anacoretas cristãos revelaram o carácter inextirpável de algo de particularmente independente das presenças exteriores, inerente à natureza humana, e que é da ordem da pulsão. (...) Esta pulsão, para eles, é sexual, (...) e pela prática inteiramente nova da solidão, eles trouxeram conhecimentos novos sobre o ser humano em geral” (Rousselle, 1986: 266).

Passou ainda certamente pelo papel do exame de consciência e da confissão anual (Concílio de Latrão, em 1215) – o dizer a outrem a experiência que não se dizia a si própria, numa barreira entre si e si mesma, a que Delumeau (1983) chamou o “medo de si”, num trabalho em que a interiorização dos interditos sexuais girava – segundo Flandrin – em torno de dois tempos: o do ciclo litúrgico e o da vida fisiológica da mulher (menstruação, gravidez, pós-parto, etc.). A pastoral cristã fazendo do sexo aquilo que Foucault chamou “enigma interpretante: não aquilo que se mostra obstinadamente, mas o que se esconde em toda a parte (1976: 48). Os tempos do ciclo litúrgico e da vida fisiológica na criação de zonas imensas ditas, lidas, vividas como *pecado* que poderia ser dito de si a si mesmo, no dizer a outrem de modo confessional, ou ainda que poderia ser exposto – como as crianças expostas – no fora do corpo, nas marcas inscritas no corpo monstruoso da criança disforme, leprosa, etc., marcas disformadas como prova do não cumprimento desses interditos. Tudo isto são pequenas linhas que vão traçando a compreensão possível do aparecimento de uma esfera autónoma e livre, veios de compreensão que são por vezes antagónicos e que, outras vezes, geram confluências, zonas de intersecção.

Esta criação de uma esfera “autónoma e livre”, que Georges Duby refere em *História da Vida Privada*, vol. II, no artigo sobre “L'émergence de l'individu – Situation de la solitude aux XI<sup>e</sup>-XI<sup>e</sup>”:

“Quando se arriscavam fora da clausura doméstica, era ainda em grupo. [...] Assim, na sociedade feudal, o espaço privado aparecia na realidade desdobrado, constituído por duas áreas distintas: uma fixa, em torno do lar, fechada; a outra deslocando-se no espaço público, não menos coerente, apresentando no seu seio as mesmas hierarquias, reunidas pelos mesmos procedimentos de controlo. [...] E se vida privada significa segredo, o segredo, necessariamente, partilhado por todos os membros da casa, era frágil, facilmente ventilado; se vida privada significa independência, essa independência era também colectiva (...)” (503-504).

E mais adiante:

“Mas um século mais tarde, os seus efeitos [do Concílio de Latrão] conjugando-se aos da educação pelo sermão e pela casuística amorosa, aos da evolução económica, [...] tinham começado a modificar o sentido da palavra ‘privado’. Uma concepção nova da vida privada se desenvolvia insensivelmente no seio da gregaridade familiar: *ser si-mesmo no meio dos outros* (s.m.), no seu quarto, à janela, com o seu bem próprio, a sua bolsa, com as suas próprias faltas, reconhecidas, perdoadas, com os seus sonhos, as suas iluminações, com o seu segredo” (526).

A abordagem das questões relacionadas com o corpo feminino nos Estudos sobre as Mulheres – a nível europeu – encerra ainda uma questão histórica interessante, já que é como se se desse a ver, em simultâneo, a necessidade de uma releitura de algo que durante séculos fechou as mulheres numa “natureza feminina” culturalmente definida e, ao mesmo tempo, nesse trabalho de releitura teórica do modo como se constrói a história – no esquecimento, não só de algumas zonas da vida dos humanos como também duma parte dos humanos e, em particular, as mulheres –, como se também as historiadoras, influenciadas pelos e vinculadas aos movimentos feministas e às questões por eles levantadas sobre, em particular, as “experiências femininas”, prosseguissem do ponto de vista teórico e na reescrita da história, um retomar de questões que desde sempre foram consideradas “femininas”, como se fosse o campo tradicional das suas experiências que lhes fosse agora aberto, disponibilizado do ponto de vista teórico. Mesmo se deve ser notado que, no que tem a ver com as questões relacionadas com a maternidade, existiu e existe uma enorme dificuldade da parte das teóricas feministas em fazer / produzir leituras afirmativas e positivas. Já que é em torno da maternidade que se polarizaram as leituras altamente negativas do passado das mulheres; para além da questão mencionada pela historiadora Bárbara

Duden, segundo ela mesma, a gravidez foi vista como um “não-saber” quando deveria logicamente e singularmente ser aceite esse saber sobre o nascer (ainda) de um corpo de mulher (parafrazeando o título do livro de Adrienne Rich, *Nascer de Uma Mulher*, ed. francesa de 1980), cuja exergue é uma frase de Dante:

“Mas para falar do bem que aí encontrei  
revelarei outras coisas que lá vi” (Inferno, I, 3).

Trabalhar sobre as questões do corpo feminino envolve uma problemática difícil, na qual a maternidade na sua pluralidade não pode deixar de estar presente, já que foi e não sei se ainda é o núcleo central desta interrogação que perpassa de modo visível ou subterrâneo – a questão *O Que é Uma mulher?* (título de uma obra de Badinter, 1989) – apresentando uma polémica no século XVIII entre Thomas, Diderot e Mme d’Epinay.

Há, ainda, a reforçar esta dificuldade, o facto de que as próprias noções filosóficas de concepção, gestação e dar à luz, a nível das ideias, do pensamento, foram retiradas da experiência das mulheres de dar à luz humanos (Sissa, em particular *L’âme est un corps de femme*, 2000, em que retoma e inclui o texto sobre a mesma questão já publicado na *História das Mulheres*, vol. 1). Ora, são estas noções que foram retiradas da esfera do corpo (nos seus múltiplos significados) para, em particular na filosofia grega, serem transpostas para um plano em que lhes é dado um estatuto inferior, menor, pois que a concepção dos humanos aparece em oposição na dicotomia corpo / alma, sendo nela o pólo negativo, o do corpo.

“O corpo, que se define através de tudo o que a alma não é, torna-se a ilustração preferida do que é a alma. Mais: o corpo feminino adquire uma pertinência muito especial para significar a actividade socialmente menos acessível às mulheres. As mulheres de facto caracterizam-se pelo que o homem não é e, sobretudo na geração, permite a significação do que há de mais precioso no homem, ao masculino: a actividade intelectual” (Sissa, 2000: 11).

Assim, o trabalho de busca de um solo teórico que foi retirado à diversidade das experiências femininas é parte integrante dessa “busca da história das mulheres” – título deste Congresso – e constitui uma questão teórica fundamental: quais os conceitos disponíveis para pensar e compreender as experiências plurais das mulheres na sua singularidade? O que se prende com o modo como, pelo menos desde a Revolução Francesa, se tem vindo a construir a noção de indivíduo, ligada com a ideia de corpo próprio que o filósofo José Gil nomeia deste modo: “os corpos, separados uns dos outros e das forças do cosmos, fecham-se sobre si mesmos e os seus risos calam-se”

(1980: 72), diferentemente da relação que se estabelece entre o corpo singular e o corpo comunitário [duma sociedade tribal], o qual

“implica uma vivência do corpo singular como não-separado, não-isolado das coisas e dos outros corpos. [...] A singularidade do ‘indivíduo’ não é a de um ‘eu’ com corpo distinto [...] mas sim a de um corpo em comunicação com toda a natureza e com toda a cultura, e tanto mais singularmente quanto mais se deixa atravessar pelo maior número de forças sociais e naturais” (*idem*: 48).

Enquanto o corpo próprio se fecha, aqui no corpo comunitário, a singularidade diz-se na capacidade de abertura, de ser atravessado por e de atravessar intensidades, ritmos de ordem diversa. Ora, é do percurso deste corpo próprio que faz parte a noção de intimidade e a possibilidade da existência de uma esfera pessoal e íntima, da qual são parte integrante quer a interiorização lenta das práticas cristãs, já atrás mencionadas, quer o acesso à leitura e à escrita.

Diz o historiador Roger Chartier sobre as “práticas da escrita”:

“Saber ler é primeiramente a condição necessária para que possam aparecer novas práticas constitutivas da intimidade individual. A relação pessoal ao texto lido ou escrito liberta das mediações antigas, subtrai ao controle do grupo, autoriza o debruçar-se sobre si próprio. [...] Para os que a podem praticar, a leitura em silêncio abre horizontes inéditos” (1986, III, 119, 126-127),

ou François Furet e Jacques Ozouf:

“[...] pois a escrita generalizada supõe a universalização de um segredo corporativo e de um poder reservado – o de comunicar fora do controle do grupo, quer dizer, da tradição. [...] A cultura oral é pública, colectiva; a cultura escrita é secreta e pessoal. É este grande silêncio, no interior do qual o indivíduo se constrói uma atmosfera privada e livre”.

Deste modo, o acesso à leitura e à escrita num corpo fechado permite que a autonomia se faça. A singularidade faz-se na autonomia e não na heteronomia, deste modo diz Ph. Braunstein no seu artigo “Approches de l’intimité, siècles XIV<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup>”:

“A verdadeira liberdade, a afirmação da sua própria identidade, é o fruto de um exercício privado: a leitura e a escrita permitem avançar além si mesmo, liberto de qualquer obrigação em relação aos poderes públicos, ao peso das cargas familiares, na ligeireza alegre do contraste entre o íntimo e o mundo” (532-533).  
“[...] É bem evidente que, descobrindo-se no centro do universo entre os dois

infinitos, o homem exulta por ter recebido de Deus a faculdade de se cumprir nas suas virtualidades e nas suas inclinações: a autobiografia proclama a dignidade dos destinos singulares” (533).

Noção de indivíduo cujas transformações – sem as quais hoje não se podem pensar as questões do corpo – foram descritas por Norberto Elias em *O Processo Civilizacional* (1939), o indivíduo descrito como separado da comunidade, “fechado” (*homo clausus*), em que se articulam regras e práticas, sendo que o modo como esta articulação se estrutura produz determinados efeitos nos corpos. As regras e as práticas não são feitas ao acaso, não são meras curiosidades nem práticas excêntricas, a saber: as práticas do espaço, o ritmo dos dias e a organização do tempo, as leituras permitidas e o imaginário que é proposto, as exclusões inerentes às normas e práticas do espaço e do tempo, constituem o que Foucault denominou, mais tarde, dispositivos de poder; as suas transformações estão a dizer as novas concepções do corpo.

Desse percurso de constituição do corpo próprio é parte integrante a reformulação do ideal de domesticidade no século XIX, a que está certamente ligada a histerização do corpo feminino (Foucault, 1976: 137), na qual é central a seguinte definição do sexo: “[...] o que constitui por si só o corpo da mulher, ordenando-o inteiramente às funções da reprodução e perturbando-o incessantemente pelos efeitos dessa mesma função” (*idem*).

Esta definição normativa do corpo da mulher, em que o discurso médico foi preponderante, teve efeitos na discussão sobre a educação própria às raparigas, de modo a “não perderem a sua feminilidade” (medo recorrente em numerosos autores). Este receio significou socializações diferentes para rapazes e raparigas.

“[...] A extensão da escolaridade das raparigas não se fará antes do século XVIII e do início do século XIX. [...] Durante muito tempo as raparigas serão educadas pela prática e pelo uso mais do que pela escola” (Ariès, 1973: 211, 261).

Educação pela prática e pelo uso, aprendizagem ligada à corporalidade das matérias e dos corpos que marcou, não só o estatuto das nossas antepassadas e as suas possibilidades de acesso a outros tipos de conhecimento, a outros modos de conhecer, como continua ainda hoje a marcar as aprendizagens denominadas femininas. Tenta-se pois, através de dispositivos disciplinares, de clausura do espaço, de organização do tempo, de “composição do corpo” (regras dos manuais de civildade), de currículos escolares – e dos interditos que atravessam todos estes dispositivos –, conter o medo de uma sexualidade transbordante que é necessário enquadrar, reorientar, dando-lhe uma finalidade social. A educação feminina, por nós estudada em *Menina e Moça* (1997), tendo como objectivos canalizar a própria esfera

do pensamento através, por exemplo, da limitação das leituras e do acesso ao pensamento e à abstracção.

Deste modo, o percurso histórico que traçámos sucintamente, desde o cristianismo e as práticas de acesso à leitura e à escrita, não se processou do mesmo modo, consoante as classes sociais, o masculino e o feminino. Este percurso ajuda-nos a tentar compreender se hoje as mulheres se podem pensar enquanto indivíduos ou, segundo a socióloga Marie-Blanche Tahon, se as mulheres têm direitos enquanto mulheres e lhes é difícil terem direitos enquanto mães. Diz ela:

“Se efectivamente é o reconhecimento do direito das mulheres a controlar a sua fecundidade que constitui a condição de acesso das mulheres à plenitude dos seus direitos, foi às mulheres que foram reconhecidos estes direitos [...] e não às mães” (1993: 225).

Ora, as socializações diferentes tiveram como dispositivos orientadores – do ponto de vista histórico – para elas, o cuidado dos outros, da vida e da morte, da materialidade do quotidiano, para eles, o acesso aos princípios, os mesmos que nelas deviam ser limitados à sua aplicação prática, para não terem uma carga demasiada de imaginação, de ideal – um imaginário reduzido e enquadrado pela religião. Nestas socializações diferenciadas, “genderizadas”, pode afirmar-se que houve nelas uma desvalorização, do ponto de vista masculino, a nível simbólico das tarefas do cuidar dos outros, do quotidiano, e interrogo-me se esta desvalorização simbólica não marcou e não marca ainda, no contexto da sociedade portuguesa, por exemplo, o modo como tem sido discutida a questão da interrupção voluntária da gravidez, onde há a desvalorização de uma esfera pessoal de autonomia e de subjectividade, tanto a nível político como teórico. A nível político – não de modo fechado –, mas numa circularidade em que o sujeito se faz de modo heteronómico, foi tentada, por exemplo, nas lutas em que as mulheres participaram no pós-25 de Abril de 1974 (cf. Rodrigues, 1995, Magalhães, 1995, Tavares, 1997), mas, como afirma J. A. Rodrigues:

“Em 1976, a ambivalência das mulheres nas organizações populares de base manifestava-se numa certa descida do seu grau de participação. Um motivo que parece legítimo aos olhos de todos era que elas precisavam de dar assistência à casa” (1995: 133). “O resultado final é que tinham voltado a transferir a sua participação da esfera pública para a privada.”

Hoje, apesar das mudanças que se deram e da eventual ruptura ou diluição na transmissão dos saberes ditos femininos, há ainda continuidade e

permanência das funções diversas que as mulheres desempenham a nível doméstico, como confirma um estudo recente sobre os jovens portugueses:

“Verificamos igualmente que subsiste ainda uma visão do papel das mulheres que subalterniza a sua realização profissional perante as tradicionais competências femininas” (Vasconcelos, 1998: 301-302).

#### CRIAÇÃO DE UMA ESFERA LIVRE E PESSOAL: A QUESTÃO DOS DIREITOS REPRODUTIVOS

Este texto é também a tentativa, a busca de compreensão, num contexto teórico adequado, de uma questão que não tem sido abordada entre nós: a dos direitos reprodutivos, que fazem parte de um processo mais longo de transformações na vida das mulheres; processo importante que permitiu a dissociação entre sexualidade e reprodução, e, por conseguinte, uma maior autonomia nas suas escolhas de vida.

O conceito de direitos reprodutivos é mais lato do que o Planeamento familiar, inclui aspectos que não eram neste inseridos, nomeadamente o direito à liberdade de orientação sexual. Não é um conceito simplesmente médico e inclui nele aspectos sociais e culturais<sup>37</sup>. Esta definição de direitos reprodutivos só pôde surgir no âmbito desse percurso de criação de uma esfera livre e pessoal, de autonomia e liberdade, que temos vindo a referir.

A questão dos direitos reprodutivos inscreve-se também no que a socióloga Berengère Marques Pereira chama a “o alargamento de um direito civil fundamental: o da definição do seu próprio corpo”, que é parte integrante do aprofundamento da noção de cidadania e da sua abertura a esferas anteriormente consideradas privadas.

“Coloca-se então a questão de saber o que pode fundar a cidadania. Não seria em definitivo a ideia do direito a ter direitos. [...] Trata-se de uma perspectiva que apreenda a cidadania de modo dinâmico, como processo em construção. E que evita a reificação da noção que implica a identificação dos direitos de cidadania a um conjunto acabado de práticas concretas, quer seja o direito de voto e de liberdade de expressão...” (1996: 74).

Para esse aprofundamento da noção de cidadania deram um contributo importante os movimentos feministas, em particular na discussão dos problemas da contracepção e do aborto. No entanto, nesse alargamento de um direito civil fundamental, a “definição do seu próprio corpo”, acontece que nesse corpo de mulher que se dá (ou pode dar) uma *condição de habitação*, segundo Ardaillon (170), essa experiência de alteridade

em que um corpo é simultaneamente o mesmo e outro. Condição de habitação que julgo única e por isso é tão difícil de ser pensada nos termos da tradição da cultura (filosófica) ocidental. São as mulheres que incarnam essa alteridade na maternidade. Mas o modo como ela foi pensada no discurso filosófico foi o do apagamento dessa alteridade, dessa diferença (e é na dificuldade de reconhecer essa alteridade que se pode colocar, por exemplo, a resistência à despenalização da IVG). Dificuldade ainda mais reforçada, já que é reconhecer a alteridade no interior dessa outra, como a filosofia a definiu.

Neste percurso de criação de uma “esfera livre e pessoal” permanece pois irresolúvel a questão que Adrienne Rich nomeou deste modo:

“A criança que carrego nove meses não pode ser definida como ‘eu’ nem como ‘não-eu’, é o mesmo que uma mulher grávida dizer que o corpo dela já não é apenas dela. Penso que o quase inefável dessa condição de habitação é parte fundamental da questão do aborto, e é justamente essa condição que faz com que as mulheres possam dizer esse ‘não!’ sem medo de se arrependem, sabendo porém, concomitantemente, que dele conservarão uma memória para sempre. A dupla consciência dessa ‘habitação’ e da sua necessária negação é uma experiência de exultação e de tristeza ao mesmo tempo” (*in* Ardaillon: 169-170).

É esta indecidibilidade, este não se poder decidir entre “eu” e “não-eu”, que é o nó fulcral onde se cruzam também as questões teóricas da igualdade e da diferença entre homens e mulheres. Questão teórica quase nunca discutida nem assumida na área dos Estudos sobre as Mulheres entre nós: igualdade e diferença entre homens e mulheres e a sua articulação com os direitos reprodutivos.

Questão sintetizada, numa das suas posições, pelo cartesiano Poullain de la Barre no século XVII: “o espírito não tem sexo”, ou, outra posição, a razão é cindida pela diferença sexual, pelo corpo. Posições que na actualidade se traduzem numa lógica da igualdade (cf. Badinter) ou nas posições diferencialistas de pensadoras como Irigaray (que retoma a questão do corpo feminino na sua diferença).

A questão que se coloca hoje é como poder ter uma visão igualitária e diferenciada dos seres *após* uma visão hierárquica e desigualitária. Como pensar um novo modelo de cidadania em que as mães e as mulheres possam ser reconhecidas sem exclusões; como se as mulheres só fossem aceites plenamente como cidadãs – no acesso à vida pública – quando se processou o que a filósofa Françoise Collin denominou a “desmaternização das mulheres”. “Como se o que de todos os tempos tivesse feito obstáculo à igualdade dos sexos era a mãe na mulher” (2000: 61).

Como pensar, pois, hoje, um novo modelo de cidadania, ou, antes, a ampliação da noção de cidadania, inscrevendo no seu âmbito a noção de igualdade e de diferença (que não deve significar desigualdade)? A questão dos direitos reprodutivos vem colocar abertamente na cena pública a noção de igualdade e diferença, nessa aparição, pulverizando a dicotomia entre público e privado e obrigando desse modo a repensar o político.

A questão da igualdade e da diferença não é uma questão neutra neste trabalho “em busca da história das mulheres”, no modo como teoricamente se tem repensado a história; a questão da igualdade e da diferença é uma questão política e coloca na cena política, hoje, uma questão de sempre que marcou a vida das nossas antepassadas – a do controlo da reprodução –, das mulheres, já que é sobre essa fragilidade de um corpo que sai de um ventre de mulher que as sociedades se fundam. Nesta questão, apesar da igualdade a nível formal, perpetua-se no presente (mesmo se hoje assumindo estratégias diferentes) esta questão insolúvel do controlo da reprodução das mulheres que vai colidir com essa esfera livre e pessoal e pode coarctar às mulheres o acesso ao simbólico e a outras zonas de criação.

Se, segundo F. Collin, “o que faz obstáculo à igualdade entre os sexos era a mãe na mulher”, temo que hoje, de formas diversas, esse obstáculo permaneça e se traduza no medo e no fantasma da irrupção de um discurso, de uma fala própria, de um aparecer em nome próprio que se faça na ausência desses outros que nunca a deixam de facto ser sujeito, ter rosto próprio; pede-se somente que ela traga a esfera privada para o mundo público em nome dos outros – e não que ela pense esse mundo público, reformulando politicamente as funções, os lugares e as suas fronteiras e exclusões. Aquilo a que Liz Stanley diz sobre a fronteira que “fornece o ‘espaço’ entre para debate, contenção, desacordo”.

Mas isso seria permitir e ter em conta uma outra noção de habitação (e de acesso ao simbólico).

Este texto é pois fruto de uma incerteza e de uma busca e gostaria de terminar com Antígona:

“Isménia: estás correndo atrás do impossível.

Antígona: pois seja, na última fronteira do possível, tombarei.”

## NOTAS

<sup>1</sup> Projecto POR/77/P05 "Educação para a saúde e motivação para o planeamento familiar integrado com outras actividades de desenvolvimento". Projecto financiado pelo FNUAP (1978-1983) e realizado pela Comissão da Condição Feminina sob coordenação de Bertina Sousa Gomes.

Foram publicados dois livros sobre este trabalho: *Mulheres de Uma Aldeia*, Teresa Joaquim, Ulmeiro, 1985; *Fareginhas, Memórias de Um Projecto*, Bertina Sousa Gomes, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1991.

<sup>2</sup> Como foi estudado pela antropóloga Yvonne Verdier no seu livro *Façons de dire, façons de faire, la laveuse, la couturière, la cuisinière*, 1979, Gallimard.

<sup>3</sup> Sobre a menstruação e as feiticeiras, ver, P.<sup>o</sup> Manoel de Azevedo, "Correcçam de Abusos introduzidos contra o verdadeyro methodo da Medicina & Farol medicinal para Medicos, Cirurgiõens, & Boticarios", I Parte, *Tratado de Fascinaçam, Olhado, ou Quebranto*, 1705, Lisboa.

<sup>4</sup> Ver Martine Segalen, *Mari ou femme dans la société paysanne*, 1980, Flammarion.

<sup>5</sup> "Se sobretudo as mulheres têm necessidade de educação, é que elas são seres periódicos. A esse título, elas acham-se constantemente ameaçadas

– e o universo inteiro por esse facto

– (...) quer seja que o seu ritmo periódico diminua e imobilize o curso das coisas, quer ele se acelere e precipite o mundo do caos. Pois o espírito pode facilmente imaginar que as mulheres cessem de gerar e de ter regras ou que sangrem sem parar e dêem à luz constantemente" (Lévi-Strauss, *L'origine des manières de table*, conclusão, citado in C. Clément, 1975: 57).

<sup>6</sup> "[...] os ritos do parto têm por objecto assegurar-lhe na sociedade geral uma nova situação, enquanto mãe, sobretudo se se trata dum primeiro parto e de um rapaz" (*ibidem*).

<sup>7</sup> "Algumas notas sobre o Projecto de Relatório que possa servir de base aos projectos de alteração dos arts. 140.<sup>o</sup> e 142.<sup>o</sup> do Código Penal (Interrupção Voluntária da Gravidez), apresentado pelo Prof. Doutor Walter Osswald". Este texto foi o comentário por mim apresentado ao Relatório-Parecer 19/CNECV/97 sobre os projectos de lei relativos à Interrupção Voluntária da Gravidez, publicado no vol. IV, 1997, do CNECV, 1996, pp. 19-31. O texto apresentado não foi incluído na documentação então publicada.

<sup>8</sup> "Mas se ser uma mulher não é necessariamente ser uma mãe (biológica e educativa), pode-se querer, e dever-se-ia poder ser ao mesmo tempo uma mulher e uma mãe. [...] Se o solo materno escapa aos homens debaixo dos seus pés, se as mulheres se tornam mulheres, talvez então sejam eles forçados a serem mais humanos, a construírem cidades mais doces, a suspenderem os trabalhos forçados, talvez eles façam passar ternura em todos os momentos e formas de civilizar, talvez se tornem então, por sua vez, mães..." (Collin, pp. 20-22 1992).

<sup>9</sup> "[...] nenhuma mulher deve ver a sua vida ou a sua saúde ameaçada por uma gravidez. Ela deve ter os meios para levar uma gravidez a termo ou para a interromper em segurança. Além disso, deve dispor de meios de contracepção, na medida em que gravidezes demasiado precoces ou tardias, próximas da menopausa, são prejudiciais à saúde" (Directiva do Conselho da Europa (97), p. 9).

<sup>10</sup> “Entendo por sociedade-providência as redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreatada baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através dos quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade semelhante à da relação de dom estudada por M. Mauss (1950) (BSS, 1993: 48).

<sup>11</sup> Para não falarmos já das decisões sobre Planeamento Familiar e ainda a decisão de abortar.

<sup>12</sup> Na Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994, ponto 7.28), foi afirmado sobre a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e da SIDA: “As desvantagens sociais e económicas que as mulheres enfrentam tornam-nas particularmente vulneráveis às infecções sexualmente transmissíveis, incluindo a SIDA, tal como é, por exemplo, ilustrado pela sua exposição aos comportamentos de alto risco dos seus companheiros” (*Agenda Global*, 41).

<sup>13</sup> “Os direitos humanos das mulheres e raparigas são uma parte inalienável, integrante e indivisível dos direitos humanos universais (...) A violência com base no sexo e todas as formas de assédio e exploração sexual, incluindo as que resultam de preconceitos culturais, bem como o tráfico internacional, são incompatíveis com a dignidade e com o valor da pessoa humana, e devem, por isso, ser eliminados” (Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, Viena, 1993).

<sup>14</sup> Nesse sentido, a promoção da divulgação de métodos de Planeamento Familiar inscreve-se no art.º 6.º da Constituição da República Portuguesa sobre a família.

<sup>15</sup> “É possível que a escolha do método anticonceptivo seja influenciado pela disponibilidade, pelo custo e pelo acesso físico, pelas políticas nacionais, por considerações de ordem cultural e religiosa, pelo estado de saúde, pelas preferências dos parceiros e pelo estatuto sócio-económico” (Relatório da UE, 1997: 116).

<sup>16</sup> Estudo no concelho do Porto, amostra de 1053 mulheres operárias.

<sup>17</sup> Constitui o relatório 36/CNECV/2001, publicado na Documentação CNECV, vol. VIII, 2002, pp. 41-82.

<sup>18</sup> Cf. Paola Tabet: 61-146, que analisa um extenso *dossier* sobre o constrangimento das mulheres à fertilidade.

<sup>19</sup> “Tal é o ofício das parteiras: ele é inferior ao meu. Acontece com efeito às mulheres gerarem umas vezes quimeras e outras vezes seres verdadeiros, o que não é fácil de reconhecer. (...) A minha arte de parteiro compreende portanto todas as funções que desempenham as parteiras; mas difere da delas em que eu liberto homens e não mulheres e em que vigio as suas almas em trabalho e não os seus corpos” (Platão, *Teeteto*, 150a-c).

<sup>20</sup> Ardaillon.

<sup>21</sup> Para não falarmos da completa ausência de afectividade expressa sob diferentes formas de violência: psíquica, física, etc. (cf Documento de trabalho, n.º 26/ CNECV/99, reflexão ética sobre a dignidade humana).

<sup>22</sup> “Famílias brasileiras e seus desafios como fator de proteção neste final de século” (1993, *mimeo*: 3).

<sup>23</sup> De lembrar as próprias mutações a nível afectivo introduzidas pelas novas tecnologias da reprodução... que se podem interligar (ou serão diferentes?) com as novas relações que se colocam às famílias reconstruídas? Ver Bourg, Claudine (dir.), *Des enfants comme les autres? La santé, le droit et le bien-être des enfants nés de l'assistance médicale à la procréation, Actes du Colloque “L'Europe et les enfants de la procréatique”*, John Libbey Eurotext, Paris, 1996.

<sup>24</sup> Cit. in Adrienne Rich, 1980: 187.

<sup>25</sup> Talvez antes a questão se inscreva nesta belíssima definição de população: “são os povos da terra, homens e mulheres de carne e osso que nascem, vivem, amam, traba-

lham, se reproduzem, envelhecem e morrem. População não é um objecto inerte de estudo, é um conjunto de sujeitos que escolhem o seu próprio destino” (Ponto 4 das Conclusões do *Seminário Mulheres, População e Qualidade de Vida*, Agosto de 1993).

<sup>26</sup> No que estas pretendem encarar as dificuldades e as indecidibilidades das questões que se colocam, não as omitindo atrás de uma retórica que permite (aparentemente) “resolver” a multiplicidade de aspectos que se nos oferecem. Pensar de modo ético é (talvez) pensar de modo afirmativo e, por vezes, no desconforto dessa afirmação, no sentido nietszchiano de afirmação da vida.

<sup>27</sup> “De acordo com os resultados obtidos pelo Eurobarómetro, em 1990 [...] Portugal encontra-se a níveis abaixo da média europeia nos factores que apontam para a conciliação da vida familiar e profissional” (Perista e Chagas: 29).

<sup>28</sup> “Famílias brasileiras...”: 1999, 8.

<sup>29</sup> Em 1993, havia atendimento específico para adolescentes em cerca de 13% de Centros de Saúde. Em 1998, essa percentagem ascendeu a 23,5% (Relatório Interministerial..., 1998: 7).

<sup>30</sup> Parecer n.º 3/CNECV/93 sobre Reprodução Medicamente Assistida.

<sup>31</sup> Parecer n.º 14/CNECV/95, sobre questões éticas de distribuição e utilização de recursos de saúde de Maria de Lourdes Pintasilgo, em que é referida esta opinião do comité holandês, 1992: “Enquanto os serviços básicos não forem acessíveis a todos, os serviços para além dos cuidados básicos não são considerados como fazendo parte da saúde financiada pela segurança social” (52). Sendo também afirmado que “o princípio da equidade é princípio ético fundamental no domínio das novas tecnologias” (*idem*, 43).

<sup>32</sup> No Relatório Internacional de 1998, são referidas “falhas no abastecimento de métodos contraceptivos; [...] esta situação é particularmente grave no que se refere aos preservativos e aos dispositivos intra-uterinos que, não sendo comparticipados pelo Estado, a sua aquisição é totalmente suportada pelos utilizadores”; e mais adiante: “na maioria dos hospitais verificou-se ainda longas listas de espera para se obter uma laqueação de trompas” (8).

<sup>33</sup> “[...] os países deverão garantir a todos os migrantes os direitos humanos fundamentais que integram a Declaração Universal dos Direitos Humanos” (*Agenda Global*: 18).

<sup>34</sup> Quase todos os peritos ouvidos nas audições do CNECV sobre este tema criticaram a política de subsídios e antes apontavam, não só para outro tipo de abordagem das questões, como para estruturas mais flexíveis e próximas das pessoas.

<sup>35</sup> “A imagem do indivíduo como ser inteiramente livre e independente, como ‘personalidade fechada’, que é ‘interiormente’ autónoma e separada dos outros homens, tem uma longa tradição nas sociedades europeias. Na filosofia clássica, essa figura aparece em cena, por exemplo, como sujeito epistemológico. No papel de *homo philosophicus*, o indivíduo adquire conhecimentos sobre o mundo ‘exterior’ a si exclusivamente à sua própria custa. Não precisa de os aprender com os outros. Nessa imagem do homem abstrai-se do facto de que se vem ao mundo como criança e de todo o processo de desenvolvimento até ser adulto e enquanto adulto, como sendo irrelevantes” (N. Elias, 1982: 34).

<sup>36</sup> “Aspectos teóricos que envolvem o conceito de família e a potencial compatibilização com dados internacionais”, IPEA, Brasília, 1999: 10.

<sup>37</sup> São suas componentes: a igualdade e a equidade entre mulheres e homens; a não discriminação baseada no sexo; a segurança sexual e reprodutiva, incluindo a não sujeição à violência sexual e à coacção; o direito à vida privada (FNUAP, Situação da População Mundial, 1997).

<sup>38</sup> J. Derrida et E. Roudinesco, 2002: 74.

<sup>39</sup> Trabalho e obra. Há na obra de H. Arendt uma distinção importante entre trabalho e obra, distinção que é relevante para a questão que aqui abordamos. Arendt define

“trabalho”: “o trabalho é a actividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, o metabolismo e finalmente a corrupção estão ligados às necessidades da vida que o trabalho produz a fim de alimentar o processo vital” (Arendt, cit. in Enegren, 1984: 35-6), e distingue trabalho de obra, esta sendo algo que é “uma criação autónoma e durável” (*ibidem*). O trabalho estando ligado às tarefas infundas de repetição do quotidiano, às suas condições materiais para que se possa sobreviver, para que “o processo vital” se realize, Arendt não desqualifica esse trabalho, no entanto ele esgota-se em si próprio, na luta contra a entropia, podendo nele eventualmente surgirem também “pequenas singularidades” (M. de Certeau). Locke notou também a distinção entre “o trabalho do nosso corpo” e “a obra das nossas mãos” (*ibidem*). Ora, esta distinção é extremamente interessante em relação a esse trabalho das mãos, dos gestos, de algo que faz surgir o inédito na maternidade, que faz com que o recém-nascido se torne *initium*, se torne presença no mundo. Sobretudo porque na distinção de Locke não há separação entre corpo e espírito: são as mãos que modelam a obra, que ele não coloca do lado da repetição mas da obra que é capaz de produzir, de introduzir diferenças; que modifica o que é dado, transformando-o, sendo portanto uma criação.

<sup>40</sup> “estar entre, no intervalo, estar separado por um intervalo; estar distante, separado; estar presente, assistir, participar” (J. P. Machado, *Dicionário Etimológico Português*, II vol., 1967: 1307).

<sup>41</sup> “Feto sem forma regular, que se gera no útero da mulher”, e ainda “ter pancada na mola, ter certo desarranjo no juízo” (*Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881).

<sup>42</sup> “Que exerce acção, que opera” (*idem*).

<sup>43</sup> “Que sofre ou recebe a acção, a impressão (opõe-se a activo); que não actua, que não toma parte activa; inerte, indiferente” (*idem*).

<sup>44</sup> Cf. Collin sobre o trabalho das mulheres a nível filosófico ou na própria história das mulheres (“A (im)possibilidade de ser filósofa”, in Teresa Joaquim, *As Causas das Mulheres*).

<sup>45</sup> “[...] a narrativa da imaginação faz advir a narrativa que ainda não é” (Collin, 1999: 204).

<sup>46</sup> Possa permitir sair, segundo Teresa De Lauretis “do gigantismo” “para as mulheres da Mãe [...] e a maternidade [escondendo] uma história de lutas sociais, pessoais e políticas, pela afirmação duma diversidade entre as mulheres e das mulheres nos confrontos com as instituições e formações culturais hegemónicas” (in Boccia e Zuffa: 1998, 173).

## BIBLIOGRAFIA

- ABDELKRIM-CHIKH, Rabia, "Femmes et production des corps: les enjeux économique et symbolique de la fécondité", in *Femmes du Maghreb au présent, La dot, le travail, l'identité*, Ed. CNRS, 1990, Paris, pp. 215-232.
- Aborto, *Decisão da Mulher. Contributo para a história do movimento pelo aborto e contraceção em Portugal*, ed. UMAR, 1998
- Agenda Global*, n.º1, CIDM, 1995.
- Agenda Global*, n.º 2, *Plataforma de Acção da Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres*, CIDM, 1997.
- Agenda Global* n.º 4, *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e Protocolo Opcional*, ed. CIDM, 2000.
- Agenda Global* n.º 5, *Plataforma de Acção de Pequim, 1995 & Iniciativas e Acções Futuras. Igualdade de Género, Desenvolvimento e Paz para o Século XXI*, ed. CIDM, 2001.
- ALMEIDA, Ana Nunes de e GUERREIRO, M. das Dores, "A Família", in L. França (ed.), *Portugal, Valores Europeus e Identidade cultural*, IED, 1993, pp. 181-218.
- ALMEIDA, Ana Nunes de, et al., *Padrões Recentes da Fecundidade em Portugal, Cadernos da Condição Feminina*, n.º 41, CIDM, 1995.
- ALVES, Clara Ferreira, "O perdão", *Revista-Expresso*, 26 Janeiro 2002.
- ARDAILLON, Danielle, "O lugar do íntimo na cidadania do corpo inteiro", in *Estudos Feministas*, vol. 5, n.º 2, Rio de Janeiro, 1992.
- Idem, *Cidadania de Corpo Inteiro, Discursos sobre o aborto em número e género*, Tese de doutoramento, U. S. Paulo, 1997.
- A Saúde da Mulher*, Direcção Geral de Saúde, Lisboa, 1999.
- ARIÈS, Philippe, *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Seuil, 1973.
- Idem, *Histoire des Populations Françaises*, Seuil, 1971.
- BADINTER, Elisabeth (ed.), préface à A. L. Thomas, Diderot et Mme D'Épinay, *Qu'est-ce qu'une femme? un débat*, P.O.L., 1989.
- BANDEIRA, Mário Leston (org.), *Aborto e Contraceção em Debate*, ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1975.
- BARRETO, António (coord.), *A Situação Social em Portugal - 1960-1995*, Cadernos do Público, 1996.
- BARSTED, Leila de Andrade Linhares, "Mulheres, Direitos Humanos e Legislação: Onde Está a Nossa Cidadania?", in H. Saffioti e M. Muñoz-Vargas (org.), *Mulher Brasileira é assim*, Rosa dos Tempos, 1994, pp. 231-270.
- Idem, "Sexualidade e reprodução: Estado e sociedade", in E. Bilac e M. Isabel Rocha (org.) *Saúde Reprodutiva na América Latina e no Caribe. Temas e Problemas*, ed. 34, 1998, pp. 147-181.

- BEAUVOIR, Simone de, *Le deuxième sexe*, Gallimard, 2 vols., 1999 [1949].
- BELEZA, Teresa, "Antígona no reino de Creonte: impacto dos estudos feministas no direito", *A Construção dos Estudos sobre as Mulheres em Portugal II, Ex-Æquo*, n.º 6, 2001, pp. 77-79.
- BELO, Maria, ALÃO, Ana Paula, CABRAL, Iolanda Neves, "O Estado Novo e as Mulheres", in *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959*, vol. II, Fragmentos, 1987, pp. 263-279.
- BOCCIA, M.-L., e ZUFFA, G., *L'eclissi della madre. Fecondazione artificiale: Tecniche, fantasie e norme*, Nuova Pratiche Editrice, 1998.
- BOZON, Michel, "Sexualité et Genre", in Laufer, Jacqueline, Marry, Catherine et Maruani, Margaret (org.), *Masculin-Féminin: questions pour les sciences de l'homme*, PUF, 2001, pp. 169-186.
- BRAUNSTEIN, Philippe, "Approches de l'intimité, XIV-XV<sup>e</sup> siècle", in Duby, G. (ed.), *Histoire de la vie privée, 2. De l'Europe féodale à la Renaissance*, Seuil, 1986, pp. 526-621.
- BRETEL, C., *Homens Que Partem, Mulheres Que Esperam. Consequências da Emigração numa Aldeia Minhota*, D. Quixote, 1991.
- C. C. F., *Os Portugueses e o Planeamento familiar – Dois Estudos de Opinião sobre Níveis de Conhecimento e Atitudes, Cadernos da Condição Feminina*, n.º 12, 1979.
- CABRAL, João Pina, *Filhos de Adão, filhas de Eva – a Visão do Mundo Camponesa no Alto Minho*, D. Quixote, 1989.
- CALADO, B., SILVA, L. e GUERREIRO, D., "Barreiras e incentivos à vigilância pré-natal – Identificação das barreiras (resultados parcelares)", in *Saúde em Números*, vol. 12, n.º 4, Outubro 1997, Lisboa.
- CANÇO, Dina, *As Mulheres no Censo de 91, Cadernos da Condição Feminina*, n.º 45, CIDM, 1996.
- CASADO, Elena, "A vueltas com el sujeto del feminismo", *Política y Sociedad*, n.º 30, 1999, pp. 73-91.
- Charte de l'IPPF sur les Droits en Matière de Sexualité et de Reproduction*, IPPF, Londres, 1996.
- CHARTIER, Roger, "Les pratiques de l'écrit", in R. Chartier (ed.), *Histoire de la vie privée*, vol. III, *De la Renaissance aux Lumières*, Seuil, 1986, pp. 113-161.
- CLÉMENT, Catherine et CIXOUS, Hélène, *La jeune née*, 10x18, 1975.
- CLEMENT, Grace, *Care, Autonomy and Justice – feminism and the ethic of care*, Colorado, West View Press, 1996.
- COELHO, Alexandra Lucas, "Neste país sem olhos e sem boca", *Público*, 28 Janeiro 2002.
- Colectivo Feminista Sexualidade Saúde, *Saúde das Mulheres. Experiência e Prática do Colectivo Feminista Sexualidade Saúde*, ed. Colectivo Feminista Sexualidade Saúde, 2000.
- COLEMAN, Libby e Arthur, *Gravidez. A Experiência Psicológica*, Colibri, 1994.
- COLLIN, Françoise, "Introduction: l'actualité de Hannah Arendt", in *Hannah Arendt, Les Cahiers du Grif*, n.º 33, Primavera, 1986.
- Idem, "Du privé et du public", *Hannah Arendt. Les Cahiers du Grif*, n.º 33, Primavera, 1986.
- Idem, "Humour en amour", in *Les Cahiers du Grif*, 1992.
- Idem, "Le corps v(i)olé", *Le corps des femmes*, Cahiers du Grif, Complexe, Bruxelles, 1992, pp. 21-44.
- Idem, "Le temps natal", in *Le travail des femmes, Cahiers du Grif*, 1994.
- Idem, *Je partirais d'un mot. Le Champ symbolique*, Fus Art, 1999.
- Idem, *L'Homme est-il devenu superflu? Hannah Arendt*, Odile Jacob, 2000.
- Idem, *Le Différend des sexes. De Platon à la parité*, 2000, ed. Pleins Feux.

- Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, *Pareceres 1995/1996*, CITE, Ministério para a Qualificação e o Emprego, 1997.
- Idem, *Pareceres da CITE sobre Conciliação da Vida Familiar e Profissional*, CITE, Ministério para a Qualificação e o Emprego, 1999.
- Idem, *Proteção da Maternidade e da Paternidade. Legislação*, CITE, Ministério para a Qualificação e o Emprego, 2000.
- Comité Consultif National d'Éthique pour les Sciences de la vie et de la santé, *Progrès technique, santé et modèle de société: la dimension éthique des choix collectifs*, document n.º 57, 20/3/1998.
- CONNERTON, Paul, *Como as Sociedades recordam*, Celta, 1999.
- CORREIA, Clara Pinto, *O Ovário de Eva*, Relógio de Água, 1998.
- CORTÉS-MAJÓ, Margarita, GARCÍA-GIL, Carmen, ALBERDI CASTELL, Rosa Maria, "Participación de las mujeres en el sistema sanitario", in ONIS, M. e VILLAR, J. (coord.), *La Mujer y la Salud en España – Informe básico*, vol. IV, Instituto de la Mujer, Ministerio de Asuntos Sociales, Madrid, 1992, pp. 140-216.
- COSTA, Adélia, *Representações sociais de homens e mulheres – Portugal 1991*, *Cadernos da Condição Feminina*, n.º 34, CIDM, 1992.
- COSTA, Albertina, "É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação", in *Cadernos de Pesquisa*, n.º 66, S. Paulo, Agosto 1988, pp. 63-69.
- Idem e Amado, T. (org.), *Alternativas Escassas. Saúde, Sexualidade e Reprodução na América Latina*, ed. 34, 1994.
- COSTA, António Firmino, e VIEGAS, José Manuel Leite (coord.), *Portugal, que Modernidade?*, Celta, 1998.
- DALARUN, J., "Regards de clercs", in C. Lapisch-Zuber (org.), *Histoire des Femmes en Occident*, vol. II (*Le Moyen Âge*), Plon, 1991, pp. 31-54.
- DARMON, Pierre, *Le mythe de la procréation à l'Âge baroque*, J. J. Pauvert, 1977.
- Idem, *Mythologie de la femme dans l'Ancienne France*, Seuil, 1983.
- DERRIDA, J., e ROUDINESCO, E., *De quoi demain*, Fayard/Galilée, 2002.
- DUBY, Georges, "L'émergence de l'individu – Situation de la solitude aux XI<sup>e</sup>-XII<sup>e</sup>", in *Histoire de la vie privée*, 2. *De l'Europe féodale à la Renaissance*, Seuil, 1986, pp. 526-621.
- DUDEN, B., *L'invention du fœtus. Le corps féminin comme lieu public*, Descartes & Cie, 1996.
- EHRENREICH, Barbara, e ENGLISH, Deirdre, *Sorcières, Sages-femmes et Infirmières – Une histoire des Femmes et de la Médecine*, Remue-Ménage, Montréal, 1976.
- Estudo Nacional de Literacia – Relatório Preliminar*, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 1995.
- ENEGREN, André, *La Pensée Politique de Hannah Arendt*, Paris, PUF, 1984.
- ELIAS, Norbert, *O Processo Civilizacional*. [1939], D. Quixote, 1989.
- FERRÃO, João, *A Demografia Portuguesa*, *Cadernos do Público*, 1996.
- FERREIRA, Virgínia, "Padrões da segregação das mulheres em Portugal – uma avaliação do caso português no quadro europeu", in B. S. S. (coord), *Portugal: Retrato Singular*, Afrontamento, 1993, pp. 233-257.
- Idem, "A reprodução e as novas tecnologias: da volatilização da maternidade à materialização da paternidade", in *Ex-Æquo*, n.º 1, 1999, pp. 33-43.
- FIADREIRO, M. Antónia, *Cronologia da Luta das Mulheres 1974-1988*, ed. Liga dos Direitos das Mulheres, 4 de Março 1989.
- FINZI, Silvia, *El niño de la noche. Hacerse mujer, hacerse madre*, Cátedra, 1990.
- FLANDRIN, J.-L., *Un temps pour embrasser – Aux origines de la morale sexuelle occidentale (VI-XI siècles)*, Seuil, 1983.
- FNUAP, *A Situação da População Mundial, 1997: o Direito de Escolher: Direitos Reprodutivos e Saúde Reprodutiva*, Fundo das Nações Unidas para População (versão portuguesa).

- FOUCAULT, M., *L'usage des plaisirs*, Gallimard, 1984.
- FRANÇA, Luís de (coord.), *Portugal: Valores Europeus, Identidade Cultural*, I.E.D., 1993.
- FRANKLIN, S., "Introduction", in S. Franklin e H. Ragoné (ed.), *Reproducing, Reproduction. Kinship, Power and Technological Innovation*, Univ. Pennsylvania Press, 1998.
- Idem, "Biologization Revisited: Kinship Theory in the Context of the New Biologies", in S. Franklin e S. Makinnon (ed.), *Relative Values: Kinship Studies Reconfigured*, Duke Univ. Press, 2001.
- FREYRE, Gilberto, *Casa Grande e Sanzala*, [1933], Livros do Brasil, 1957.
- FURET, François et OZOUF, Jacques, "L'alphabétisation: trois siècles de métissage culturel", *Annales, E.S.C.*, 32 (3) – Maio/Junho, 1977, pp. 488-502.
- GIL, J., *Metamorfoses do Corpo*, A Regra do Jogo, 1980.
- Idem, *Monstros*, Quetzal, 1994.
- Idem, *Salazar: a Retórica da Invisibilidade!*, Relógio d'Água, 1995a.
- Idem, "Uma produção de silêncio", *Revista Expresso*, 16 / Dezembro / 95b.
- Idem, "A não-expressão da guerra colonial", *Público*, 24 / Abril / 95c.
- Idem, "Euforia de terror", *Elipse. Gazeta Improvável*, 3, Primavera 99, pp. 33-41.
- GODBOUT, Jacques, *L'esprit du don*, La Découverte, 1992.
- GOLDANI, Ana Maria, "Aspectos teóricos que envolvem o conceito de família e a potencial compatibilização com dados internacionais", subprojecto para Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas, IPEA, Brasília, 1999a.
- Idem, "Famílias brasileiras e seus desafios como factor de protecção neste final de século", subprojecto para Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas, IPEA, Brasília, 1999b.
- GOMES, Bertina Sousa, *Fareginhas – Memória de um Projecto*, CIDM, 1992.
- GORJÃO, Vanda, *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição Feminina ao Estado Novo*, Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- GUERREIRO, António, "O homossexual como pária", *Elipse. Gazeta Improvável*, 2, Outono 98, pp. 18-21.
- Hastings Center Report, *The Goals of Medicine setting new priorities, an International Project of the H. Center, Special Supplement*, Nov.-Dez. 1996.
- HIPPOCRATE (ed: 1881), *Oeuvres Complètes, Livre VIII*, Paris, Chez J. B. Baillièere (trad. de E. Littré).
- HEILBORN, M.<sup>a</sup> Luiza (org.), *Sexualidade. O Olhar das Ciências Sociais*, Jorge Zahar, 1999.
- Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres na Lei – Compilação de disposições nacionais e comunitárias*, CIDM, *Cadernos da Condição Feminina*, n.º 50, 1998.
- I.N.E., *Estatísticas de Saúde*, Lisboa, 2000.
- I.N.E., *Mulheres e Homens em Portugal nos anos 90*, Lisboa, 2002.
- Inquérito Nacional de Saúde 1995/96*.
- IPPF, *Charte de l'IPPF sur les Droits en Matière de Sexualité et de Reproduction*, IPPF, Londres, 1996.
- IRIGARAY, Luce, *Ce sexe que n'en est pas un*, Paris, Minuit, 1977.
- Idem, *Le Temps de la Différence. Pour une révolution pacifique*, Le Livre de poche, 1989.
- ITURRA, Raul, *A Construção Social do Insucesso Escolar, Memória e Aprendizagem em Vila Ruiva*, Escher, 1990.
- Idem, *O Imaginário das Crianças, Fim de Século*, 1997.
- JOAQUIM, Teresa, *Dar à Luz. Ensaio sobre as práticas da gravidez, Parto e Pós-Parto em Portugal*, Lisboa: D. Quixote, 1983.
- Idem, *Menina e Moça, A Construção Social da Feminilidade, Séculos XVII-XIX, Fim de Século*, 1997.
- Idem, *As Causas das Mulheres*, Livros Horizonte, 2006.

- JUSTO, João, "Gravidez adolescente, maternidade adolescente e bebés adolescentes: Causas, consequências, intervenção preventiva, e não só", in *Revista Portuguesa de Psicossomática*, n.º 2, vol. II, Jul./Dez. 2000, pp. 97-147.
- KITZINGER, Sheila, "Birth and violence against women. Generating hypotheses from women's accounts of unhappiness after childbirth", in Roberts, H., *Women's Health Matters*, Routledge, Londres, 1992, pp. 63-80.
- La Salud laboral de las Mujeres*, XIV, Instituto de la Mujer, Ministerio do Trabajo y Asuntos Sociales, Madrid, 1996.
- LABORIE, Françoise, "Femmes, embryons et hommes de sciences", *Le sexe des sciences, Les femmes en plus. Revue Autrement*, 1992.
- Idem*, "Novas Tecnologias de Reprodução: risco ou liberdade para as mulheres?", *Estudos Feministas*, n.º 2/93, pp. 435-447.
- LLÁCER, Alicia, e COLOMER, Concha, "Utilización de servicios sanitarios", in ONIS, M., e VILLAR, J. (coord.), *La Mujer y la Salud en España - Informe básico*, vol. IV, Instituto de la Mujer, Ministerio de Asuntos Sociales, Madrid, 1992, pp. 74-137.
- LAQUEUR, T., *La fabrique du sexe. Essai sur le corps et le genre en Occident*, trad. M. Gautier, Gallimard, 1992.
- LERENO, Isabel, *Guia dos Direitos da Maternidade e Paternidade*, Col. Informar as Mulheres, n.º 18, CIDM, 1998.
- LISPECTOR, Clarice, *Perto do Coração Selvagem*, s/ data, Ed. Livros do Brasil.
- LOPES, Margarida Chagas, e PERISTA, Heloísa *A Posição das Mulheres no Mercado de Trabalho entre 1983 e 1990*, CISEP, 1991.
- Idem*, *A Licença de Paternidade. Um Direito Novo para a Promoção da Igualdade*, CITE, 1999.
- LOURENÇO, N., LISBOA, M., e PAIS, F., *Violência contra as Mulheres*, CIDM, 1997.
- MAGALHÃES, Maria José, *Movimento Feminista e Educação. Portugal, Décadas de 70 e 80*, Celta, 1998.
- MANN, Jonathan, "Medicine and Public Health, Ethics and Human Rights", *Hastings Center Report*, Maio-Junho 1997, pp. 6-13.
- MARQUES-PEREIRA, Berengère, "Citoyenneté et représentations; quelques repères utiles à l'analyse comparative", in Alisa Del Re et Jacqueline Heinen (ed.), *Quelle citoyenneté pour les femmes? La crise des États-providence et de la représentation politique en Europe*, 1996, L'Harmattan, pp. 65-74.
- Idem* e CARRIER, A. (1996), "Les droits reproductifs: vers une quatrième génération de droits", B. M.-P. e A.C. (ed.), *La citoyenneté sociale des femmes au Brésil, Action collective, reproduction, informalité et domesticité*, CELAIS et L'Harmattan.
- MARTIN, E., "The Fetus as Intruder. Mother's Bodies and Medical Metaphors", in R. Davies-Floyd, *Cyborg Babies*, N. Y., 1998, pp. 125-142.
- METRASS, Célia, MEDEIROS, Helena de Sá, HORTA, M. Teresa, *Aborto. Direito ao Nosso Corpo*. Inquérito organizado por Ed. Futura, 1975.
- MORAIS, Maria Mantero, e CARVALHO, José Eduardo, *Presença das Mulheres no Ensino Superior em Portugal, Cadernos da Condição Feminina*, n.º 37, CIDM, 1993.
- MOUFFE, Chantal, *O Regresso do Político*, Lisboa, Gradiva, 1996.
- M.S./D.G.S., *A Saúde dos Portugueses*, Direcção Geral de Saúde, Lisboa, 1997.
- Necessidades não Satisfeitas em Saúde Materna e Planeamento Familiar*, Direcção Geral de Saúde, Lisboa, 2000.
- NOBILE, Annunziata, *Le contexte démographique et socio-économique de la naissance*, Conselho da Europa, Maio 1994.
- NUNES, Berta, *O Saber Médico do Povo*, Fim de Século, 1997.
- OLIVEIRA, Rosângela Soares de, CARNEIRO, Fernanda, *Corpo: Meu Bem, Meu Mal, III Seminário de Teologia e Direitos Reprodutivos: Ética e Poder*, ed. ISER, R. J., 1995.

- OMS, *As Metas da Saúde para Todos – Metas da Estratégia Regional Europeia de Saúde para Todos*, Dep. M.S., 1985.
- Idem, *Gender and Health, Technical Papers*, WHO, Genebra, 1998.
- O'NEILL, B.-J., *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras. Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, D. Quixote, 1984.
- ONIS, Mercedes de, e VILLAR, José (coord.), *La Mujer y la Salud en España – Informe Básico*, vol. IV, Instituto de la Mujer, Ministerio de Asuntos Sociales, 1992.
- PARKER, Richard, *Na Contramão da AIDS. Sexualidade, Intervenção, Política*, ed. 34, 2000
- PERISTA, Heloísa, "O Uso do Tempo", in *Indicadores para a Igualdade – Uma Proposta Inadiável*, CIDM, 1997.
- PETCHESKY, Rosalind Pollack, "Direitos sexuais: um novo conceito na prática política internacional", in Barbosa e Parker, pp. 15-38.
- PINTASILGO, Maria de Lourdes, "Questões éticas na distribuição e utilização dos recursos para a Saúde", Parecer n.º 14/CNECV/95, *Documentação*, vol. III (1995-1996), Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa.
- PINTASILGO, Maria de Lourdes (coord.), Comissão Independente de População e Qualidade de Vida, *Cuidar o Futuro – Um Programa Radical para Viver Melhor*, Trinova, 1998.
- Políticas para a Igualdade na União Europeia – Elaboração de Novos Indicadores para a Sua Avaliação*, CIDM, 1996.
- Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil: Balanço Nacional – 5 anos após Beijing*, Articulação de Mulheres Brasileiras, 2000.
- Portugal – Situação das Mulheres, 1997*, CIDM (PSM 97).
- Portugal – Situação das Mulheres, 1999*, CIDM (PSM 99).
- Protecção da Maternidade e da Paternidade – Legislação*, ed. CITE, 1998.
- Rede de Referência Materno-Infantil*, Direcção Geral de Saúde, Lisboa, 2001.
- RÉGNIER-BOHLER, Danièle, "Voix littéraires, voix mystiques", in C. Lapisch-Zuber (ed.), *Histoire des Femmes en Occident*, vol. II (*Le Moyen Âge*), Plon, pp. 443-500, 1991.
- Relatório da Comissão sobre o Estado de Saúde das Mulheres na Comunidade Europeia*, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas, 1997.
- Relatório da Comissão Interministerial para a elaboração dum plano de acção em educação sexual e planeamento familiar*, Lisboa, Setembro de 1998.
- RICH, Adrienne, *Naître d'une femme, la maternité en tant qu'expérience et institution*, Denoël-Gonthier, 1980.
- ROBERTS, Helen, *Women's Health Matters*, Routledge, 1992.
- RODRIGUES, J. A., "Continuidade e Mudança nos Papéis das Mulheres Portuguesas Urbanas: o Aparecimento de Novas Estruturas Familiares", *Cadernos da Condição Feminina*, n.º 40, 1995.
- ROSETA, Helena, "O PS, o aborto e o julgamento da Maia", *Público*, 29 Janeiro 2002.
- ROUSSELLE, A., "Gestes et signes de la famille dans l'Empire romain", in A. Burguière, C. Klapisch-Zuber, M. Segalen e F. Zonabend (eds.), *Histoire de la Famille*, vol. I, *Mondes lointains, Mondes anciens*, A. Colin, pp. 231-269, 1986.
- SÁ, Eduardo, *A Maternidade e o Bebê*, Fim de Século, 1997.
- Salud laboral de las Mujeres (La)*, XIV, Instituto de la Mujer, Ministerio do Trabajo y Asuntos Sociales, 1996.
- SANTOS, Boaventura Sousa, "O Estado, a Sociedade e as Políticas sociais: o caso das políticas de saúde", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 23, Setembro 1987, Coimbra, pp. 13-74.
- Idem, "O Estado, as relações salariais e o Bem-Estar social na semiperiferia: o caso português", idem (coord.), *Portugal: Retrato Singular*, Afrontamento, Porto, 1993, pp. 17-56.

- Idem, "Onze teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal", in *Pela Mão de Alice, O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Afrontamento, 1994.
- Saúde Reprodutiva. *Doenças Infecciosas e Gravidez*, Direcção Geral de Saúde, Lisboa, 2001.
- Saúde Reprodutiva. *Planeamento familiar*, Direcção Geral de Saúde, Lisboa, 1998.
- Saúde. *Um Compromisso. A Estratégia de Saúde para o Virar do Século (1998-2002)*, Ministério da Saúde, 1999.
- SCHNEIDER, Monique, *Généalogie du masculin*, Aubier, 2000.
- SEGALEN, Martine, *Mario et femme dans la société Faysanne*, Flammarion, 1980.
- SILVA, José Carlos Gomes da, *Identidade Roubada. Ensaio de Antropologia Social*, Gradiva, 1994.
- IDEM E PERISTA, Heloisa, "As Portuguesas e a União Europeia, Prospectiva para a acção", *Cadernos da Condição Feminina*, n.º 44, CIDM, 1995.
- SISSA, Giulia, "La famille dans la cité grecque (V<sup>e</sup>-IV<sup>e</sup> siècles av. J.-C.)", in A. Burguière, C. Klapisch-Zuber, M. Segalen e F. Zonabend (eds.), *Histoire de la Famille*, vol. I, *Mondes lointains, Mondes anciens*, A. Colin, pp. 163, 193, 1986.
- Idem, "Philosophies du genre. Platon, Aristote et la différence des sexes", in P. Schmitt Pantel (ed.), *Histoire des Femmes en Occident*, vol. I (*L'Antiquité*), Plon, pp. 65-99, 1991.
- Idem, *L'âme est un corps de femme*, Odile Jacob, 2000.
- STANLEY, L. (ed.) (1997). *Knowing Feminisms, On Academic Borders, Territories and Tribes*, Sage Publication, Londres.
- TABET, P., "Fertilité naturelle, reproduction forcée", in Claude-Mathieu, Nicole (org.), *L'arrondissement des femmes. Essais en anthropologie des sexes, Cahiers de l'Homme*, série XXIV, E.H.E.S.S., 1985.
- TAHON, Marie Blanche, *La Famille désinstituée - Introduction à la Sociologie de la Famille*, Presses de l'Université d'Ottawa, 1995.
- TAVARES, Manuela, *Movimentos de Mulheres. Roteiro Cronológico - 70-90*, Depart. das Mulheres da UDP, 2000.
- TUBERT, Silvia, *Mulheres sem Sombra - Maternidade e Novas Tecnologias Reprodutivas*, Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 1996.
- Idem, *Figuras de la madre*, Cátedra, 1996.
- Idem, *Figuras del padre*, Cátedra, 1997.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel, "O sexo hipócrita", *Público*, 9 Junho 1993.
- Idem, *Senhores de Si, Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, Fim de Século, 1995.
- VALIENTE, Célia, *The Feminist Movement in Post-authoritarian Portugal and Spain (1974-1997)*, polic., Univ. Autonoma Madrid, 1997.
- VALLS-LOBET, Carme, "Aspectos de la morbilidad diferencial", in *Cuadernos CAPS*, n.º 16, Outono 1991, Barcelona, pp. 8-32.
- Idem, "Salud laboral y morbilidad", in *Mujeres, Trabajo, Salud, Cuadernos CAPS*, n.º 24, Primavera 1996, pp. 7-14.
- Idem, "Conclusiones Forum Estatal: Mujeres, Trabajo, Salud", in *Cuadernos CAPS*, n.º 24, Primavera 1996, pp. 39-45.
- VAQUINHAS, Irene, "Breve reflexão historiográfica sobre a história das mulheres em Portugal: o século XIX", in *Faces de Eva*, n.º 3, 2000, pp. 81-91.
- VASCONCELOS, Pedro, "Práticas e discursos da conjugalidade e da sexualidade dos jovens portugueses", in Cabral, Manuel Villa-Verde, e Pais, João Machado (org.), *Jovens Portugueses Hoje. Resultados do Inquérito de 1997*, Celta, 1998, pp. 215-305.
- VICENTE, Ana, *As Mulheres em Portugal na Transição do Milénio, Valores, Vivências, Poderes nas Relações Sociais entre os Dois Sexos*, Multinova, 1998.

- IDEM E SOUZA, M.<sup>a</sup> Reynolds, *Planeamento Familiar em Portugal. Como se Desenvolve Um Projecto de Informação e de Educação*, C. C. F., col. Planeamento familiar, 1983.
- VILAR, Duarte, "Aborto: representações e práticas", in *Sexualidade e Planeamento Familiar*, n.º 32, Nov.-Dez. 2001, pp. 13-18.
- WALL, Karin, "Indicadores da Discriminação de Género na Família - Comentário", in *Indicadores para a Igualdade - Uma Proposta Inadiável*, CIDM, 1997.
- W. H. O., *Gender and Health, Technical Papers*, WHO, Genebra, 1998.
- WOLF, Naomi, *O Mito da Beleza*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994.